



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 91

Sessão Ordinária de Abril

2.ª Reunião de 27-04-2005

Aos vinte e sete dias do mês de Abril de dois mil e cinco, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no seu edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, secretariado pelo Primeiro Secretário Custódio das Neves Lopes Ramos e pelo Segundo Secretário Pedro Machado Pires da Rosa, e com a presença dos seguintes Vogais Raúl Ventura Martins, Maria Teresa Fidélis da Silva, José da Cruz Costa, Orlando Eduardo Silva Terra Seca, Virgínia Celeste das Neves Rodrigues da Silva Veiga, Mário Manuel Borges Pereira Pinto, Ana Carla Guerra de Miranda Macedo, Maria Ivone Moreira Silvério Abreu Lopes, António Fernando Ribeiro Martins, Maria Isabel Almeida Velada, Fernando Manuel Teixeira Alves, João Alberto Simões Barbosa, Álvaro Patrício do Bem, Jaime Manuel Pereira Reis Vinagre, António Ildebrando Nunes Costeira, Manuel Vieira dos Santos, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Maria das Dores Rodrigues Picado Magalhães Topete, Ermelinda Clara Fernandes Oliveira Ribeiro Costa, Pedro Ricardo Oliveira Cardoso, Maria Antónia Corga de Vasconcelos Dias de Pinho e Melo, Liz Miguel Marques da Silva, João Carlos Martins Valente, Carlos Gustavo Oliveira Braga Barros, Rui Manuel Pereira da Costa, Armando Manuel Dinis Vieira, Fernando Vieira Ferreira, António dos Santos Costa, Jorge Manuel do Nascimento, António Manuel de Carvalho Serra Granjeia, Rafael Alexandre Lopes Nevado, António Manuel dos Santos Salavessa, Diamantino Laranjeira Simões Jorge e Manuel Arede de Jesus.

Pelas 21:00 horas o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

No momento da chamada verificou-se a ausência dos seguintes Vogais:

Victor Manuel da Silva Martins, Carlos Mário de Magalhães Anileiro e Élio Manuel Delgado da Maia.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente Alberto Afonso Souto de Miranda, o Vice-presidente Eduardo Elísio Silva Peralta Feio e os Vereadores Lusitana Maria Galdes da Fonseca, Pedro Manuel Ribeiro da Silva, Domingos José Barreto Cerqueira e Ângelo Pereira Pires.

O Presidente da Mesa deu conhecimento ao Plenário, nos termos do artigo 78.º da Lei 169/99, na redacção dada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, da substituição nesta reunião do Vogal Paulo Jorge Teixeira de Jesus, pela sucedânea na lista, Maria Ivone Moreira Silvério Abreu Lopes.

Foi efectuado o reconhecimento de poderes.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA (CONTINUAÇÃO)

Intervieram neste ponto:

Membros da Assembleia

Vogal Orlando Terra Seca (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Em defesa da minha honra e dos valores que defendo da liberdade de expressão obrigo-me a reportar à última sessão desta Assembleia Municipal.

Alguns elementos da bancada do PSD mostraram-se indignados e ofendidos nas suas sensibilidades aquando da minha intervenção. Consideraram que eu ofendi o PSD e os altos dirigentes daquele Partido.

Independentemente do modo como me trataram devo uma explicação a esta Assembleia Municipal.

Efectivamente emiti a minha opinião sobre o Congresso do PSD. É que daquele Congresso iriam sair e saíram pessoas, que, de algum modo, vão influenciar a minha vida e a de todos os portugueses. Por isso mesmo julguei-me no direito de demonstrar as minhas preocupações, já que o país sofreu recentemente muitas amarguras das más apostas que o PSD fez nos seus dirigentes.

E dessas vicissitudes, e pela parte que me tocou a mim e aos meus, em que vi os meus impostos serem desbaratados, assim como o meu fundo de pensões e o de milhares de empregados da CGD que ficaram sem garantias absolutas de terem uma reforma condigna depois de uma vida de trabalho.

É certo que teci algumas considerações jocosas sobre alguns dirigentes daquele Partido porque foram eles que estiveram na origem das minhas aflições e de outros concidadãos, durante meses e meses que estiveram no Governo e que me pareceu uma eternidade.

Como paguei para isso julguei-me no direito de reclamar, porque fui mal servido.

A bancada do PSD pelos vistos ainda não entendeu que as pessoas têm o direito de se manifestarem nos seus vários modos de indignação. Sentiram-se revoltados! Revoltados porquê? Por ter chamado cabeça de silicone ao seu militante da Madeira?

Então se ele trata toda a gente como quer e lhe apetece, eu não o posso fazer? Cubanos para cima e Cubanos para baixo, cambada para cima e cambada para baixo; desde o Senhor Presidente da Republica, a Socialistas, Comunistas e até aos seus próprios companheiros! Depois toda a gente sabe que ele não tem silicone na cabeça...

Eu sei o que ele tem lá dentro, mas se o dissesse nesta Assembleia caía o “Carmo e a Trindade” e alguns elementos da bancada do PSD iam-se embora e nunca mais cá punham os pés.

Ficaram também ofendidos e revoltados por eu chamar porta-chaves ao actual líder do PSD. Antes de se revoltarem por que não perguntam ao Dr. Marcelo Rebelo de Sousa como o tratou já nos meios audiovisuais? O que eu disse foi alguma novidade?

Eu sei que alguns elementos da bancada do PSD gostavam que eu entrasse mudo e saísse calado. Mas não, represento uma franja muito dilatada dos eleitores e falo em nome deles e no interesse deles, mesmo nos meus apartes.

Mas depois Senhor Presidente, não é só o líder do PSD da Madeira que me ofende a mim como Socialista; constantemente.

Eu pergunto às bancadas de direita nesta Assembleia, através de Vª Ex.ª, como é que me tratam a mim e ao Partido Socialista cá dentro.

Que bancada nesta Assembleia me apelidou já de Orlando 45, 35 e 25? Que bancada nesta Assembleia me apelidou de ‘Skined de esquerda’?

Que bancada desta Assembleia em altos berros e de um modo agressivo mandou o Senhor Presidente da Câmara embora e que desaparecesse?

De que bancada desta Assembleia, de um modo muito cândido e inocente, comparou o Eng.º Sócrates ao Dr. António Salazar? De que bancadas desta Assembleia saiu a adjectivação de “carrancas e carantonhas” às fotografias dos candidatos de esquerda aos mais altos cargos da nação? Quem foi o Partido que há dois meses atrás difamou e caluniou o líder do meu partido, o Eng.º Sócrates? De que bancada saiu nesta Assembleia a vociferação de que eu era da “terra da faca e do alguidar”? Isto é ter alto nível Senhor Presidente?

Algum dia Vª Ex.ª me viu reclamar da falta de ética, de educação de princípios ou de civismo e das ofensas que aquelas frases interiorizam para mim e para o meu Partido? Nunca o fiz, porque a minha honra e o meu bom-nome está muito acima de tudo isto. O meu Partido também.

Depois... vêm-me falar de elegância, de civismo, de fidalguia, de fino trato, de níveis, de revoltas e de Vªs Ex.ªs para cima e Vªs Ex.ªs para baixo. O que mexe comigo Senhor Presidente é que há pessoas aqui dentro que julgam estarem a representarem-se a si próprias. Depois o seu suposto “alto nível”, com este comportamento, está só dentro das suas cabeças. E eu quando olho para elas não vejo esse suposto “nível” que julgo pensarem ser um atributo social, mas isso já acabou há uma eternidade Senhor Presidente — e esta boa gente ainda não se apercebeu. Esquecem-se que estão aqui a representar o alto nível social sim, mas daqueles que trabalham incansavelmente para produzirem riqueza e ganharem o pão-nosso de cada dia.

Eu olho para cada elemento desta Assembleia e vejo aqueles que estão lá fora: o trolha, o pedreiro, a serviçal, o lavrador, o pescador, o operário fabril, o desempregado cheio de problemas — e que os supostos “altos níveis” não lhe resolvem o seu bem-estar e as suas comodidades mais básicas; só lhe criam é problemas e andam é a estorvar.

Mas há pessoas que com todo o seu “alto nível” não entendem patavina do que eu estou para aqui a dizer e portanto acabo.

Quem não se sente bem nesta Assembleia que é do povo e para o povo (e paga pelo povo para se produzir alguma coisa), que fique em casa a costurar, a ler, a ver televisão, a tratar da casa, da horta, do jardim ou a tocar piano que é muito fino e elegante.

E por tudo isto Senhor Presidente, devolvo todas as ofensas que me fizeram inteirinhas (que nem as cheguei a desembrulhar), portanto ficam para eles.”

(Entrou na sala o Vogal Vítor Manuel Santos Marques)

Vogal Armando Vieira (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Não vou tecer considerações sobre o que acabou de ser dito, mas apenas pedir a V.Exa o favor de identificar – porque é disso que se trata, identificar em que momento é que esta bancada, desta Assembleia, desta mui nobre cidade de Aveiro, esta bancada do PSD ofendeu o Senhor Primeiro-Ministro o Eng.º José Sócrates.

Faça o favor de nos fazer chegar aquilo em que nós ofendemos o Senhor Primeiro-Ministro do nosso país.”

Vogal Maria Antónia Pinho e Melo (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Eu queria só chamar à atenção para dois ou três pontos. Como sabe, já sou bastante velha (talvez das pessoas mais velhas desta Assembleia) e recordo-me que quando eu era nova, no regime antigo, mandavam as mulheres ir para casa costurar, tratar da casa e cozinhar. Que era o que os fascistas nos mandavam fazer porque realmente achavam que nós não tínhamos

cabeça para vir cá para fora, não se podia, não se podia votar. Eu pensei que esse tempo tinha acabado!? E acho que acabou. E não o responsabilizo a si nem aos seus camaradas socialistas por isso. Mas realmente eu penso que é tempo dessas ideias acabarem e de nos mandarem para casa costurar.

Segundo ponto. Quando se fala do povo, “povo” somos todos. São os lavradores, são os burgueses, os aristocratas, são os intelectuais — são todos. Não são só os que estão a cavar batatas que são povo, somos todos! Portanto estar a dizer que nós não somos povo e que povo é só quem é criada-de-servir ou quem é lavrador também não me convence.

Senhor Presidente eu se fosse a si encerrava este incidente. Este terrível, desagradável e infeliz incidente — que não me lembra em muitos anos de Assembleia de ter assistido a um semelhante.”

Presidente da Mesa

“O incidente está encerradíssimo!

Devo dizer-lhe que a evolução social e de cidadania da mulher no mundo e particularmente em Portugal, tem sido notável. Não vão muitos séculos em que teologicamente se discutia se a mulher tinha alma! E chegou-se à conclusão que tinha alma, inteligência, vontade e capacidade de liderança.

E devo dizer que acompanho esse sentido de igualdade das mulheres em relação aos homens; plenamente. E já agora, devo dizer que sempre defendi isso e que o Partido Socialista sem desprimor para outros partidos, em termos ideológicos e programáticos, sempre esteve nesse percurso.”

Vogal Orlando Terra Seca (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Senhor Presidente deixe-me dizer, efectivamente, não perceberam o que eu disse. É que eu disse, efectivamente, que quem não tiver realmente capacidade para estar aqui e ouvir a maneira como cada um se expressa dentro da liberdade de expressão, que deve ficar em casa. Há homens que são alfaiates, costureiros. Mas também há senhoras! Isto não tem nada a ver com senhoras ou com homens.”

Vogal Diamantino Jorge (IND.) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Apenas quero referir um acontecimento ocorrido anteontem – o 25 de Abril, para evocar uma pessoa que conheci pessoalmente e que provavelmente também, acredito, o Senhor Presidente conheceu. Era uma pessoa de elevada estatura cívica, um cidadão inteligente e muito culto. Cultivava também as relações entre as pessoas com uma elevada categoria. Teve o condão e a virtude de as saber gerir muito bem, num tempo difícil, em que ele (cunhado do Sr. Prof. Marcelo Caetano) estava na oposição, e foi o nosso primeiro Presidente da Assembleia da República, como constituinte – o Sr. Prof. Henrique de Barros (que por sinal também foi meu professor). Gostaria de lhe prestar neste 25 de Abril as minhas homenagens. Depois, gostaria de através do Senhor Presidente, convidar todos os Senhores Deputados (se puderem), este ano é ano de eleições provavelmente vão poder, porque os anteriores não puderam, visitar a celebração do dia da freguesia de Requeixo, no dia 5 de Junho deste ano. É uma festa que procura de algum modo e dentro das possibilidades, exaltar os valores locais que este ano terá uma mostra de artes, ofícios e produtos tradicionais.

Depois, passando a questões mais objectivas, gostaria de pedir através do Senhor Presidente, de obter informação da Câmara Municipal sobre a sinalização viária na freguesia de Requeixo: quer na sinalização horizontal, quer na vertical, quer ainda nos cuidados de manutenção das bermas. Porque recentemente ocorreu um acidente na dita estrada do

Carrajão – que mais à frente abordaremos essa problemática, que provocou quase a invalidez de uma família jovem.

Outro aspecto que gostaria de trazer à consideração desta Assembleia é a questão do património. Acerca de três semanas atrás fomos surpreendidos com a visita de uma equipa de técnicos da câmara municipal, com um rol de bens: fontes incluídas, nascentes, junta de freguesia, etc.; para serem devidamente identificados, descritos, provavelmente utilizando a figura do usucapião através do notário privado da câmara, para depois através de escrituras de justificação, passar eventualmente para o património da câmara!? Não sei com que finalidade, mas no mínimo também não vou pedir agora que seja dada essa explicação, mas ao ser elaborada uma lista com estes bens imobiliários e direitos, deveria no mínimo ter sido precedida de um contacto com o Presidente da Junta de Freguesia – com a Junta de Freguesia, para então fazer a triagem dos bens que eventualmente pertencem à Câmara e que nós de modo algum queremos para nós. Mas também gostaríamos que esta matéria fosse analisada correctamente entre os diferentes escalões autárquicos existentes no município. É exactamente este tipo de relação que eu cultivo ao nível pessoal e ao nível institucional, independentemente de outras questões que aparentemente possam querer fazer leituras especiais. Mas não é. Eu neste momento reservo-me o direito a mim mesmo de não fazer outras leituras e trazer apenas este problema à consideração da Assembleia.

Um outro aspecto tem que ver com aspectos muito importantes de natureza estratégica para este município. E realmente quando vimos publicadas em jornais diários da nossa cidade, que o Plano de Urbanização da Cidade que abrange dois terços do concelho e para lá do ICI fica a área objecto de revisão do PDM!? Eu fico de facto impressionado com estas decisões da Câmara. Porque são decisões relacionadas com o eixo rodoviário Aveiro/Águeda e que por mero acaso ao fazer a leitura da acta n.º 3, da reunião ordinária de 17 de Janeiro de 2005, que nos foi entregue para esta Assembleia, verifiquei que foi abordada esta questão e também verifiquei que essencialmente se desprezaram os cruzamentos desnivelados e se optou preferencialmente pelos cruzamentos nivelados: rotundas, rotundas, rotundas! Isto é tudo muito redondo. E de facto o primeiro ponto diz que deve ser mantido o traçado corredor que consta dos diversos estudos e instrumentos de planeamento, que também deve ser mantida a rotunda através da articulação das estruturas urbanas entre a rua 21 de Julho e a rua de S. Braz, também mediante rotunda – abandonando o nó desnivelado, na zona industrial de Eixo; também a rotunda na zona do Picoto em Oliveirinha; e depois também a rotunda no cruzamento com a estrada que liga Eirol e por sua vez à estrada designada por estrada do Carrajão, a qual virá a beneficiar as ligações locais articulando diversas áreas urbana — e esta diz-me particularmente respeito. Porque a estrada que liga Eirol é uma estrada que vai de facto de Eirol até Mamodeiro, passando pela escola de Mamodeiro e que se desenvolve na sua maior parte na freguesia de Requeixo. Também a estrada do Carrajão, também é chamada estrada municipal 584, se desenvolve na sua maior extensão também na freguesia de Requeixo e liga Requeixo à vizinha freguesia de Oliveirinha.

Ora bom, estas articulações, ao nível da minha freguesia, tem a ver com acessibilidades para a minha freguesia e tem a ver com a revisão do PDM. Porque essas acessibilidades devem constar na revisão do próximo PDM. E sinceramente eu desconheço — tenho que confessar que desconheço (provavelmente não tenho manifestado o empenho para vir a conhecer), mas também ainda não foi dada a conhecer à Junta de Freguesia através da Câmara, qual o impacto e a influência desta via estruturante na freguesia de Requeixo — e é esta articulação ao nível de algo institucional que eu partilho e defendo e que deve ser como mais um elemento de valorização do nosso município.

Portanto, relativamente ao eixo rodoviário Aveiro/Águeda, gostaria de trazer aqui esta minha apreciação de a ver contemplada em revisão de PDM e de a ver também analisada com a Junta de Freguesia de Requeixo. Mas analisada em termos de necessidades actuais e

necessidades futuras — e não enviar uma equipa de técnicos para dizer-me assim: o PDM que temos proposto para a vossa freguesia que é pequenina (tem dois mil e poucos habitantes, mil e poucos eleitores), só prevemos aqui assim um desenvolvimentozinho. Não é este o conceito de município que tenho e tenho-o manifestado por diversas vezes à gestão da Câmara.

Um outro ponto, que é um ponto que eu tenho aqui relacionado com o Museu Etnográfico de Requeixo, que o próprio Museu – ele mesmo, edifício, conteúdo, organização, promoção, tudo o que seja relacionado com um pólo que poderia ter algum interesse para o município e em especial para Requeixo, ele próprio acaba por ser Museu. Ou seja, esgota-se em si mesmo, não dá nada de novo.

E relativamente a esta matéria eu queria apenas dizer o seguinte: em 2003 o Museu teve 494 visitantes, porque de Janeiro a Abril aguardou pela renovação de um contrato de trabalho da pessoa que está lá a zelar o Museu. Por sorte essa senhora teve também licença de parto e portanto, esse ano foi relativamente fraco em termos de frequência.

Mas em 2004 o Museu teve 1854 visitantes. E no primeiro trimestre de 2005, já teve 518 visitantes.

Existe um edifício comprado há quatro anos pela Câmara Municipal para reinstalar o Museu. A reinstalação do Museu, a reorganização do Museu e a promoção do Museu dando a conhecer por diversos níveis é importante para Requeixo e é importante para o município. Porque pode colocar num outro extremo do município se quisermos, um contraste de valores ou de culturas, mas que são complementares e que poderiam ser devidamente jogadas, no contexto do desenvolvimento social do município.

Por isso, apelo ao Senhor Presidente para que se faça alguma coisa no sentido de valorizar o património. Quando temos pouco património e o desprezamos, de facto, não estamos a fazer cultura — e a cultura como alguém dizia é uma paixão. Eu já passei o tempo das paixões e gosto mais do amor, porque o amor é mais permanente, permanece mais. E portanto, Senhor Presidente da Câmara, peço-lhe que dedique algum amor da sua Câmara, ao Museu de Requeixo.

Relativamente a um outro ponto e são apenas mais dois, Senhor Presidente, lendo os jornais da cidade, evocando o Dia Mundial da Árvore, vem em grandes letras, em grandes parangonas - “crianças de escolas plantando eucaliptos” Ó país este...! Porquê celebrar o dia da árvore plantando eucaliptos? Ó Ministério do Ambiente que tanto tens que fazer neste país. Ó Ministério da Educação que tanta conversão de mentalidades tens que fazer. Ficamos por aqui; apenas este apontamento.

Por último, só para referir um outro aspecto que o Senhor Presidente referiu. Acho muito bem acerca da denominação do Estádio de Aveiro. O Senhor Presidente referia que o nome de Mário Duarte poderá estar a ser colocado numa rampa de esquecimento. Também evocou os valores de Mário Duarte enquanto desportista, pelos seus feitos, mas também pelo esforço pessoal e por isso é que ele conseguiu de facto sobressair em relação aos outros. E eu não quero de maneira nenhuma aqui tecer outras considerações que não esta: orgulhemo-nos dos valores ancestrais que temos. Habituemo-nos a projectá-los no futuro, essas sim, como raízes profundas para a nossa juventude. Porque se assim não for, qualquer dia estamos a retirar do início da nossa história D. Afonso Henriques para reiniciar a dinastia num rei de que não sei o nome.”

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Gostaria de começar por fazer uma reflexão acerca dos 31 anos que se passaram já, após o 25 de Abril, e de notar que ainda há alguns, felizmente que cada vez menos, mas que afirmando-se progressistas e gente de esquerda, quando expõem as suas ideias, mesmo que

pensadas e escritas, mostram que são mais reaccionários e muito menos democratas, do que aqueles a quem logo após o 25 de Abril de 1974 chamavam de “reaccionários”. Esse número, felizmente é cada vez menor; caminhamos para uma sociedade mais tolerante. Eu posso afirmar isso com aquilo que conheço; lido com jovens e vejo que felizmente esta geração já nasceu depois do 25 de Abril, essa sim, uma geração que cresceu em liberdade, é uma geração pelo aquilo que vemos, uma geração muito mais tolerante e congratulo-me com isso.

Em relação aos trabalhos da nossa Assembleia, gostaria também de reflectir um pouco aqui aquilo que foram os nossos trabalhos, nesta já segunda reunião. Mete-me uma certa impressão que nós funcionemos aqui um pouco tipo funcionários por conta de outrem. Realmente nós até somos funcionários por conta de outrem, porque quando fazemos as nossas declarações de IRS com as senhas de presença, declaramos que realmente recebemos umas senhas de presença por sermos funcionários da câmara. Mas não fico contente, e não me sinto que realmente que seja um funcionário por conta doutrem, daqueles que têm que trabalhar até uma determinada hora fixa, hora rígida. Como depreciativamente, muitas vezes se diz aos funcionários públicos que trabalham das nove às cinco.

Isto tudo a propósito das nossas assembleias terem que acabar à hora certa. Quer dizer, quando nós estamos a meio de um ponto, seja porque motivo for, em que há um conjunto de pessoas que ainda não fizeram as suas intervenções, não me parece que a discussão se deva cortar só porque realmente se chegou à meia-noite. A não ser que algum príncipe encantado nos transforme num sapo, ou alguma gata borralheira deixe de o ser, ou de alguma cinderela que passe a ser gata borralheira, acho que os nossos trabalhos ganhariam mais se nós concluíssemos o ponto e por isso concluíssemos as ideias que entretanto tínhamos planeado para um determinado momento e estavam encadeadas. Penso que assim éramos capazes de ganhar todos com isso e por isso não acho mal nenhum que os nossos trabalhos se possam prolongar, tanto que nós no passado eu lembro-me de fazermos assembleias municipais que começavam às seis da tarde, interrompia uma hora para jantar e continuavam até às duas da manhã. É um exagero, mas acho que agora estamos a cair exactamente ao contrário, em que só trabalhamos três horas – das nove à meia-noite, e acabou. Por isso acho que nem oito nem oitenta, acho que se calhar tem que haver uma razoabilidade e de acordo com a temática e com os interesses de cada uma das reuniões.

Em relação ao facto de o Senhor Presidente da Assembleia intervir a propósito de cada intervenção de cada membro, eu não levo a mal, pelo contrário, até acho muito interessante e acho muito gratificante e acho que é bom para o debate que isso aconteça. Talvez o tempo possa ser gerido de outra maneira, mas eu acho que estamos aqui é realmente para provocar o debate, mas para debater assuntos que realmente sejam interessantes e sejam importante para o município, isso é que é importante, e acho que isto tem acontecido apesar de na última reunião, na maior parte das vezes não ter acontecido isso.

E tinha planeado na minha intervenção no Período de Antes da Ordem do Dia, porque realmente também li as actas e gosto de ler as actas da câmara nos chegarem muito atrasadas. Por exemplo, só agora é que tivemos conhecimento da acta de 29 de Novembro de 2004 da reunião da câmara. E na acta 43 de 29 de Novembro de 2004, refere-se ao Pavilhão Multiusos. Eu não sei se sabem do Pavilhão Multiusos, mas o Pavilhão Multiusos que nós ainda não vimos sequer a primeira pedra, foi a reunião de câmara esta temática, para aumentar os honorários relativos à revisão dos projectos de espaços exteriores e arquitectura do Pavilhão Multiusos, ou seja, ainda não há Pavilhão Multiusos, nem projecto nem nada mas já há revisão dos projectos, já há revisão de arquitectura e neste momento os honorários já vão em um milhão de euros. A questão que se coloca aqui, é que muitas vezes nós até nem sabemos porque é que as dívidas da Câmara são tão elevadas, e começamos a ver que realmente, há aqui um faz e desfaz e volta a fazer que já várias vezes chamámos à atenção

nesta Assembleia, que esta câmara é recorrente neste género de processos e temos mais um exemplo. Como é que se pode rever um projecto que ainda nem sequer está aprovado, e se paga já aos arquitectos – neste caso um gabinete de arquitectura, um milhão de euros mais IVA. E por isso gostaria que este assunto nos fosse esclarecido, de certeza que deve haver uma explicação, mas que nós não estamos a ver.

Outra questão que eu estava a guardar, para a Comunicação do Senhor Presidente da Câmara mas uma vez que aqui já foi referida, gostaria também de a abordar já.

Prende-se com o eixo rodoviário Aveiro/Águeda, que também é um assunto constante nestas actas, agora a acta n.º 3 de 17 de Janeiro de 2005 (engraçado a acta diz 2004, mas é 2005 – é uma pequena gralha daquelas que acontecem na câmara municipal), diz, e por aquilo que vi, realmente o eixo rodoviário Aveiro/Águeda, eu estava convencido que ia ter perfil de auto-estrada mas não tem e pior que isso nem sequer liga à A1. Acho que fazermos um eixo rodoviário a ligar duas cidades, que são duas cidades importantes, desta parte do centro do nosso distrito, e passar pela auto-estrada, pela A1, e não haver um nó de acesso, parece-me que vai ser mais uma vez dinheiro que vamos deitar fora porque estou convencido que este nó mais tarde ou mais cedo, os nossos vindouros, o vão fazer. E por isso mais uma vez vamos gastar dinheiro a fazer só uma ponte que depois será convertida eventualmente num nó rodoviário. A questão de não ter completamente um perfil de auto-estrada, principalmente no que diz respeito ao nosso município, até não me parece mal, pelo menos já temos uma rotunda junto ao parque de feiras, que me parece que é uma rotunda distribuidora de transito ou que no futuro poderá ser uma rotunda distribuidora de transito e aceito que mais estas rotundas possam surgir, se calhar em espaços mais amiúde e que isso possa inviabilizar o desnivelamento dos nós. E por isso aceito que tal possa acontecer, mas acho que findo o nosso concelho, passando por uma zona que deve ser só de reserva ecológica até chegar a Águeda, acho que pelo menos e espero, pelo menos é essa a pergunta, se pelo menos nessa parte não teremos o perfil de auto-estrada ou de via rápida, perfil de via rápida Aveiro/Águeda.

E por isso, eram estas, neste momento, as considerações que gostaria de fazer e de perguntar ao Senhor Presidente da Câmara.”

Vogal Liz Silva (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Ouvi na última assembleia municipal, e li as declarações do Senhor Barbosa no Diário de Aveiro, do dia 26 de Abril, em que ele criticava os serviços da câmara em geral, e passo a citar: - “É muito papel, muitas pessoas, não sabem quem são os técnicos, uns cá fora, há pessoas no bar, não estão identificados”. Perante este retrato de desorganização total feito por um militante do Partido Socialista, é caso para afirmar que o senhor Presidente da Câmara, como principal responsável pelos recursos humanos afectos à Câmara Municipal de Aveiro é o culpado pelo muito papel, muitas pessoas, não sabem quem são os técnicos, uns cá fora a passear no bar, não estão identificados.

Mudando um pouco de assunto, gostaria de perguntar ao Senhor Presidente da Câmara, como máximo responsável do principal accionista do Aveiro Basket, se não se sente envergonhado com a medíocre época da equipa e com uma gestão feita de casos obscuros e calotes, conforme retrata a comunicação social? Gostaria de saber qual vai ser o futuro do Aveiro Basket?”

Vogal Virgínia da Silva Veiga (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Apenas uma questão que tem a ver com a iniciativa privada e não propriamente com a Câmara. A Câmara quer na pessoa do Senhor Presidente, quer na pessoa dos Senhores

Vereadores, tem muitas vezes possibilidade de intervir, pelo menos pedagogicamente, junto da iniciativa privada, pelo menos em certas atitudes de modo a pôr efectivamente a iniciativa privada cultural ao serviço de Aveiro.

Eu estou muito preocupada e tenho recebido muitas manifestações no mesmo sentido com a programação dos cinemas em Aveiro. Os bons filmes deixaram de aparecer! Passou-se qualquer coisa que a mim me escapa, Não sei se foi dos últimos negócios, não vou dizer nomes de nada. Ouvi dizer que o OITA fechou — era o único sítio com cinema de verdadeira qualidade que tínhamos em Aveiro. Naturalmente deveu-se a qualquer coisa, a qualquer negócio que me é desconhecido; que até gostaria de saber qual foi. Mas mais preocupante ainda, cresce uma enormíssima preocupação: é que falta-nos essa fasquia de cinema do grupo que normalmente traz aquele cinema não totalmente comercial. Por outro lado, quer nas “Glicínias”, quer aqui no “Fórum”, os filmes de alguma qualidade é raríssimo virem! Vêm aqueles filmes que fazem lembrar os cinemas de antigamente em Aveiro como se nós não tivéssemos o nível intelectual que têm as outras cidades.

Não sei quem anda a mandar nisso. Já ouvi dizer também, quem é que está a dar um atestado de menoridade intelectual à cidade de Aveiro? Penso nessas circunstâncias, desde logo, que seria de reconsiderar a autorização (embora eu saiba que é discutível) que o anúncio que está colocado no Fórum, de quem não traz cinema de qualidade, quando pode trazer a Aveiro; agora só se formos ao Porto ou Lisboa. Aquele brutal anúncio que está ali colocado e que foi muito discutido, se for para continuar a trazerem-nos aqui apenas aquilo que lhes apetece: tiros, policiais e similares — então deve ser (em meu entender) revisto por publicitar más empresas ou empresas que não nos respeitam.

De maneira que eu pedia a intervenção da Câmara para averiguar o que é que se passou — embora a iniciativa seja privada. Tenho a certeza absoluta que toda a Câmara e que o Senhor Vereador responsável pelo pelouro partilham esta preocupação de todos nós.”

Da Câmara Municipal:

Presidente da Câmara

“Eu peço desculpa se não responder a todas as questões, mas de facto já não me recordo de todas. E de facto Senhor Presidente, se me permite e já que se tem falado hoje aqui tanto de Regimento, eu fazia sentir ao Senhor Presidente que é muito desconfortável para o Presidente da Câmara não ter oportunidade de numa reunião de responder às questões que são colocadas — e para os senhores deputados julgo que também não é interessante ficarem sem resposta. E portanto, na medida do possível, eu acho que se poderia pensar numa forma que não necessita de alteração, mas que salvaguardasse sempre quinze minutos antes da meia-noite para que o Presidente da Câmara pudesse dar respostas às perguntas que foram colocadas. Porque eu vejo-me realmente hoje confrontado com a dificuldade em responder a todas as questões (algumas já perderam actualidade) e peço desculpa se de facto não responder a todas.

Acho que informalmente, sem modificar o Regimento, o Presidente da Câmara teria uma oportunidade que penso que todos queriam que ele tivesse e, portanto, encontrando-se os interesses de todos, julgo que seria com esse cuidado, um quarto de hora, dez minutos e a minha possibilidade de responder poderia ser concretizada.

Sobre algumas das questões que de facto consegui repriminar. Eu gostava em primeiro lugar de tranquilizar toda a gente. As pessoas estão talvez esquecidas porque talvez há um ano, obviamente antes da inauguração do novo estádio municipal, ele foi baptizado em reunião de Câmara — e baptizado com um nome que todos aqui referiram: Estádio Municipal Mário Duarte; não há a menor dúvida sobre isso, nunca houve. Nunca houve a menor hesitação sobre isso e nem percebo porque é que agora a questão foi de novo suscitada. Talvez o

Senhor Presidente da Assembleia não tivesse acompanhado, mas de facto é uma questão que está consolidada.

Depois para partilhar convosco as preocupações que foram expressas aqui sobre as condições em que está instalado aqui em Aveiro o Registo Predial e o Registo Civil. Não é só o véu da noiva que a certa altura fica ali no meio do trânsito, mas é sobretudo de facto a capacidade de resposta do Registo Predial que preocupa toda a gente. Há tempos de espera muito grande, totalmente desrazoáveis e pela nossa parte faremos o que estiver ao nosso alcance para sensibilizar o Governo no sentido de reforçar os Registos com os meios técnicos ou recursos humanos ou a reformulação dos procedimentos ou da lei, para que tudo possa ser mais agilizado — é de facto uma queixa recorrente que sentimos e que partilhamos convosco.

Depois houve uma série de referências que eu queria agradecer, porque eu julgo que elas só visaram lembrar as muitas obras que a Câmara tem feito e que estão em curso. E da parte da oposição houve um conjunto de intervenções que de facto..., repararam no pormenor da obra que não está bem, certamente para que todos nos lembrássemos que a obra está lá e que é obviamente o mais importante. É o caso do edifício da Junta de Freguesia da Vera Cruz, que foi uma excelente recuperação que se fez e também já foi explicado a questão da rampa que será colocada logo que possível; sempre esteve prevista e será colocada logo que possível.

É o caso do Parque D. Pedro que nós justamente temos vindo a recuperar aos poucos. E eu tenho pena que o Dr. Granjeira não tenha ido passear à parte de cima do Parque e só tenha ficado pela parte de baixo. Porque se foi, devia ter visto (mas ia a correr em grande ritmo e não viu) as obras que estão a decorrer no coreto “Roma e Pavia não se fizeram num dia”. E nós temos vindo a fazer um conjunto de intervenções ao longo dos anos quer nas espécies arbóreas, quer no mobiliário de jardim que é característico daquele parque e até a recuperação das estufas. Está aí um projecto aprovado, previsto, com concurso lançado e que será concretizado. E portanto, eu agradeço a oportunidade que nos deu, de lembrar todo esse conjunto de obras. Ainda agora recentemente aprovámos a construção de um açude que trave a invasão do lago de inertes finos, que fazem com que ele esteja sistematicamente assoreado e portanto, com problemas de manutenção recorrentes. É um parque que nos merece toda a atenção e que queremos gradualmente qualificar.

Também muitas dúvidas sobre a Avenida Nova da Estação. Certamente para cumprimentarem a Câmara por a obra estar quase pronta. O túnel está em vias de conclusão, e a avenida ficará pronta em breve e vamos ter todos o prazer dentro de algumas semanas de ali passar e de concluir que afinal, com outra calma, vamos todos poder constatar que a obra é uma obra estruturante, importantíssima para a afirmação de Aveiro e do novo bairro emergente que pode ali nascer e para a ligação e para a estruturação da malha viária até S.ta Joana e a relação com a N109 que todos se apercebem já.

Não percebi as referências que foram feitas pelo Senhor João Barbosa e hoje retomadas pelo Senhor Deputado Liz Silva! As muitas pessoas no bar, muito papel... não percebi!?! Sinceramente não percebi. Acho que foi uma intervenção que não quis dizer seguramente a conclusão que o Liz Silva dela retirou. Porque as pessoas não estão proibidas de ir ao bar! Se as identificam por funcionários e por estarem no bar, então é porque elas são identificáveis. Se não são funcionários da Câmara podem estar no bar às horas em que não têm que estar a trabalhar. De resto, o muito papel? Não sei ao que estavam a referir, não foi nada de concreto. Temos as pessoas que são necessárias às funções que temos e às competências que temos distribuídas; índices de produtividade que fazemos os possíveis para que aumentem sempre (e têm vindo a aumentar) e temos um conjunto de técnicos, de colaboradores, de funcionários que nos merecem todo o respeito, a quem temos propiciado cada vez melhores condições de trabalho. E evidentemente nunca consideramos que as melhorias na eficiência da máquina municipal e as melhorias na produtividade e no sentido

de realização profissional dos nossos colaboradores seja uma tarefa concluída. É um trabalho que se faz todos os dias e agradecemos todas as chamadas de atenção, porque elas podem servir de alerta. Elas são muitas vezes injustas e portanto, pedia-vos também que fizessem essa reflexão.

Sobre outras questões que me recordo. Uma questão levantada pelo Senhor Diamantino Jorge. Senhor Presidente da Junta, penso que interpretou mal a presença da equipa que visitou a freguesia de Requeixo! Eu não sei se houve algum incidente na forma de apresentação da equipa, mas é um trabalho que está a ser feito em todo o município, em todas as freguesias. Nós temos a obrigação legal de efectuar o levantamento de todo o património imobiliário do município como creio que as juntas também têm e isso passa pelos bens públicos de qualquer natureza e designadamente arruamentos, parques, jardins, pinhais, eucaliptos, construções, todos os bens imóveis que sejam do domínio público têm que ser inventariados — e é esse trabalho que está a ser feito e ninguém deve interpretar mal. Não há razão nenhuma para o ser. É uma obrigação legal que os Senhores Presidentes da Junta conhecem. Eu não sei se haverá alguma incorrecção por parte da equipa que aliás é uma equipa externa que está a trabalhar — e se tiver havido agradeço que me diga porque terá que ser chamada à atenção. Mas nós queremos muito até que haja colaboração dos Presidentes da Junta nesta tarefa, porque é uma tarefa muito difícil e de grande amplitude. E portanto, julgo que houve aí qualquer incidente que quero perceber melhor.

Depois para lhe dizer também e é uma observação que eu dirijo também a uma interpelação feita pelo Senhor Deputado Manuel Coimbra a propósito da ligação Aveiro/Águeda. Eu acho excelente que todos nós nos comecemos já a preocupar com os estudos prévios, que começam a circular e ainda bem que começam e que todos conhecem. Ainda bem que isso acontece porque tomáramos nós que já pudéssemos estar a falar do projecto de execução e do concurso.

Em todo o caso, em relação aquilo que foi dito, eu queria dizer ao senhor Eng.º Diamantino, que obviamente quando chegar-mos à fase do projecto (e se tiver contributos ou sugestões para dar, como tem, usualmente, bem interessantes nesta matéria) as inserções nas freguesias e nos nós viários existentes serão vistas com a atenção e com o detalhe que a situação exige. E portanto até me surpreende que o Senhor Eng.º Diamantino, perante um estudo prévio, retire já conclusões tão peremptórias sobre algo que nós sabemos que está numa fase muito embrionária e que essa acta da Câmara que foi aqui referida comprova.

Nós fomos confrontados com uma proposta do Instituto de Estradas que propunha a supressão de algumas rotundas e é neste contexto de trabalho e de total transparência sobre as propostas que nos vão surgindo e que o Eduardo Feio tem o cuidado de levar a reunião de Câmara, que aparecem essas referências. Podemos já começar em plenário, a saber quais são as soluções técnicas para desfazer e para fazer as inserções viárias: se vão ser rotundas, se vão ser viadutos; parece-me um exercício de facto pouco consistente.

Senhor Professor Manuel Coimbra, deixe-me retribuir-lhe em nome dos funcionários da Câmara o piropo. Porque a gralha que detectou, ela está aí eu não contesto. O Prof. Manuel Coimbra também cometeu uma gralha na sua intervenção porque de facto mesmo no mais preliminar estudo prévio, a ligação Aveiro/Águeda sempre teve perfil de auto-estrada. O que o Senhor Prof. Manuel Coimbra se estava a referir não era o perfil, era às características de auto-estrada — uma auto-estrada não tem rotundas de facto, mas o perfil é ter quatro faixas, o separador, etc. Aquilo tem e sempre teve e, portanto, desse ponto de vista, eu queria também tranquilizá-lo. Aveiro/Águeda vai ter perfil de auto-estrada. Sendo certo que aquilo que o Senhor Eng.º Diamantino Jorge referiu é uma preocupação nossa também e a opção pelas rotundas é uma opção que neste momento nós estamos em colaboração com as estradas de Portugal a questionar. Porque a velocidade de projecto diminui com as rotundas. Há

situações em que pode ser aconselhável adoptar outro tipo de soluções, mais caras, mas melhores do ponto de vista da distribuição e da circulação que é preciso manter.

Queria dizer-vos, que Deus queira que todos estejamos daqui a uns meses já a discutir o tipo de painel lateral que vamos ter e que vejamos todos a obra a ser rasgada — isso é que era importante que acontecesse e estamos a fazer por isso. É evidente que todas as sugestões serão bem vindas, temos tido sempre essa capacidade de as integrar.

O acesso à Marinha da Troncalhada. Não sei se já está adjudicada, mas está em concurso. Essa estrada chegou a um estado de deterioração (que reconhecemos) porque houve ali durante algum tempo um impasse entre as entidades que deviam intervir. Saber se era ainda a Administração do Porto, se era a Sociedade Aveiro Polis, se era uma estrada nacional, etc. e portanto, houve ali um jogo do empurra entre instituições até que a Câmara acabou por assumir o encargo de a reparar e isso irá ser feito.

Bom, depois em relação às actas. Eu só queria dizer ao Prof. Manuel Coimbra que as actas estão disponíveis com toda a actualidade na Internet. E portanto, a referência que fez a uma acta de Novembro é porque não vai ao site da Câmara. Estão lá as actas da Câmara e não sei como é que lhe chegou em papel apenas esta de Novembro. Porque nós privilegiamos a Internet. Elas estão na Internet praticamente on-line e portanto pode ir lá porque elas estão lá com outra periodicidade.

Pavilhão Multiusos. É uma questão que eu tenho pena, que o projecto ainda não tenha avançado; mas precisamos de projecto e precisamos de projecto de arranjos exteriores e eram compromissos feitos, na sequência de um concurso público internacional, e esperemos agora que se encontrem os meios – tenho esperança que a iniciativa privada possa pegar nele e que estes custos de projecto possam ser assumidos pelos investidores privados, que gostaríamos que viessem a construir esse pavilhão multiusos.

De resto, evidentemente que fico triste com a carreira desportiva do Aveiro Basket, como fico triste com a carreira desportiva do Beira-mar; fico contente com a carreira desportiva do S. Bernardo. Sofro quando os nossos clubes perdem e fico muito satisfeito quando os nossos clubes ganham, com todas as vicissitudes que cada um deles tem, eu espero que Aveiro se possa sempre afirmar pela competitividade das suas equipas, mas nos momentos das derrotas sabemos também estar de cabeça erguida e com dignidade, isso é que é fundamental.

O projecto da Baixa de S.to António, Senhora Dona Maria Antónia, e se se recordam foi aprovado nesta Assembleia Municipal há muito tempo a revisão do Plano de Pormenor e neste momento está publicado e em vigor. Basta apenas que os investidores queiram intervir e que ponham fim àquelas ruínas que estão ali, e que avancem para os projectos. Porque de facto está tudo aprovadíssimo e publicadíssimo. Não temos nada a fazer ali senão esperar que a economia melhore.

Sobre o Museu de Requeixo, eu de facto evitei responder, porque o que se passou é uma questão pessoal. De facto a funcionária que estava no museu, teve uma oportunidade, abrimos uma oferta pública de emprego para que ela pudesse concorrer ou alguém que quisesse concorrer e a informação que tenho é que ela não concorreu e portanto o concurso ficou deserto. Essa é a questão do pessoal. A questão que nos preocupa mais é construir um novo museu. Nós adquirimos um prédio em tempos, não houve ainda possibilidade de qualificar a casa que foi comprada para esse efeito, mas é um projecto que os nossos serviços têm vindo a desenvolver e logo que o projecto esteja pronto, portanto, é um projecto que nós não abandonamos, sabemos a precariedade e a vontade do actual proprietário de ficar com as instalações, e portanto, é um projecto que tem estado nos nossos serviços a ser desenvolvido.”

Membros da Assembleia

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)

Vogal Liz Silva (PPD/PSD)

Vogal António Granjeira (CDS/PP)

Vogal João Carlos Valente (PPD/PSD)

Vogal João Barbosa (PS)

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara

(Saiu da sala o Vogal António Manuel dos Santos Salavessa)

Membros da Assembleia

Presidente da Mesa

B

“Deu entrada na Mesa um Voto de Congratulação, subscrito pela bancada do CDS/PP, do seguinte teor:

«Voto de Congratulação

I – João Paulo II cresceu e tornou-se homem vivendo debaixo das duas piores aberrações colectivas que a humanidade jamais produziu: o comunismo e nazismo. O Papa pregou e viveu como anunciou a sua Fé ao mundo. Usou a palavra e o amor como arma e os sacramentos como única força. Ofereceu a face e perdoou como Jesus, por exemplo, quando perdoou Ali Agca. Encarou o sofrimento como redenção e com isso alertou a sociedade ocidental para o isolamento com que ignora os idosos e doentes. A determinação sábia da sua fé, abriram portas imensas ao ecumenismo. A sua inquebrantável Fé moveu as maiores montanhas do totalitarismo de Leste, mas abalou igualmente as estruturas do capitalismo selvagem e desumanizado ou da nova moda neo-liberal. A sua coragem na defesa e propagação dos valores essenciais do Cristianismo conferiram-lhe uma dimensão universal e constituem exemplo para milhões de pessoas no mundo de hoje e de amanhã.

João Paulo II foi um apóstolo dos tempos modernos e todos nós deveremos agradecer a Deus o termos tido a graça de podermos ter “conhecido” e “convívio” com um Homem como Karol Wojtyla.

Deus saberá como recompensar este seu servo, mas enquanto homem, Karol Wojtyla, é daqueles cuja simples existência permitiu a ascensão àquele patamar que Luís Vaz de Camões maravilhosamente definiu quando escreveu; “Aqueles que por obras valorosas / Se vão da lei da morte libertando”.

O mundo tem um novo Papa.

Esta simples frase tornou-se menos pretensiosa especialmente depois da morte de João Paulo II e com a eleição de Bento XVI.

II – O CDS propõe a aprovação pela AM de um voto de congratulação pela eleição do líder espiritual da comunidade católica a ser enviado ao Núncio Apostólico em Lisboa e ao Bispo de Aveiro, com o teor que passamos a citar:

«A Assembleia Municipal de Aveiro felicita a eleição de Sua Santidade o Papa Bento XVI, formulando votos para que o seu pontificado seja de promoção dos ideais da paz, da tolerância, da solidariedade e dignificação da pessoa humana na defesa dos valores cristãos.»

De seguida o Presidente da Mesa colocou à votação o Voto de Congratulação apresentado, subscrito pela bancada do CDS/PP, sendo o mesmo aprovado por maioria de trinta e dois votos a favor, quatro abstenções e um voto contra.

Membros da Assembleia

Vogal Armando Vieira (PPD/PSD)

(Reentrou na sala o Vogal António Manuel dos Santos Salavessa)

(Saíram da sala os Vogais João Alberto Simões Barbosa, Ana Carla Guerra de Miranda Macedo, Virgínia Celeste das Neves Rodrigues da Silva Veiga, Mário Manuel Borges Pereira Pinto e Liz Miguel Marques da Silva)

Presidente da Mesa

“Sobre a ‘Ordem do Dia’, gostava de vos dizer que recebi já depois da segunda convocatória ou da ordem do dia definitiva, recebi um pedido do Dr. Alberto Souto para ser agendado por manifesta urgência, a temática dos Estatutos da Associação de Informática da Região Centro.

Só pode este tema ser agendado por “evocação da urgência” – 1.º pressuposto; desde que “reúna dois terços de votos de autorização do plenário”. E é isso que eu vou indagar sem debate. O que se trata é da aprovação dos Estatutos revistos da Associação de Informática da Região Centro.”

De seguida o Presidente da Mesa colocou à votação a introdução, por solicitação da Câmara Municipal, de um novo ponto na ‘Ordem do Dia’: Ponto 6 – Associação de Informática da Região Centro (AIRC) – alteração de Estatutos, que o plenário aprovou por unanimidade.

Vogal Raúl Martins (PS)

PONTO 1. – COMUNICAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL.

(O texto da Comunicação Escrita do Presidente da Câmara Municipal foi distribuído a todos os membros da Assembleia e faz parte integrante do original desta acta, em anexo.)

No uso da palavra, o Presidente da Câmara remeteu para a Comunicação Escrita a apresentação dos assuntos abordados, seguindo-se a apreciação pelo plenário.

(Reentraram na sala os Vogais João Alberto Simões Barbosa, Ana Carla Guerra de Miranda Macedo, Virgínia Celeste das Neves Rodrigues da Silva Veiga, Mário Manuel Borges Pereira Pinto e Liz Miguel Marques da Silva)

Intervieram neste ponto:

Membros da Assembleia

Vogal Diamantino Jorge (IND.)

Vogal António Granjeia (CDS/PP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Nós temos repetidamente pedido ao Senhor Presidente, que sugira ao Senhor Presidente da Câmara, que traga elementos na sua comunicação, que retratem aquilo que é por vezes importante. Desde a última Assembleia que fiz exactamente esta declaração, não houve

nenhuma alteração. Continuamos sem ter as contas do Aveiro Basket, na informação do Senhor Presidente. Continua sem esta informação detalhada sobre os processos judiciais que a câmara tem contra alguém ou contra a câmara. E dessa informação deve constar o valor, deve constar a fase processual, contra quem, porque é importante. E portanto, é realmente inacreditável que continuemos a laborar num erro que persiste, provavelmente com vontade! Com intenção!

E portanto, o CDS tem que protestar veementemente contra esta situação, que realmente, o Senhor Dr. Nascimento na última Assembleia falou neste assunto; o Senhor Santos Costa falou neste assunto e é como se nada fosse. Isto, realmente, vem-se repetindo e é muito desagradável para nós sermos confrontados com esta situação.

E portanto, eu pessoalmente, sobre a Comunicação do Senhor Presidente não vou dizer absolutamente nada.

Obviamente que o CDS se vai reservar para tomar uma medida mais forte — que pelos vistos é a única forma que entendem!”

Vogal Armando Vieira (PPD/PSD)

Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP)

€

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Na comunicação do Senhor Presidente da Câmara é referido que a Câmara Municipal de Aveiro, tomou “- posse administrativa de um edifício localizado no coração da cidade por estar em estado de abandono e isso tornava-se insustentável”.

Eu gostaria de pegar nesta ideia que eu acho boa, acho ótimo e gostaria de saber o que é que a Câmara vai fazer perante uma série de obras que também são obras insustentáveis a maneira como estão: muitas são obras paradas; outras são obras que nem sequer foram começadas; outras foram obras que se arrastam há muito tempo.

E eu vou lembrar algumas: foi criado um Centro Coordenador de Transportes que nunca o chegou a ser, se calhar estava na altura de se fazer alguma coisa, alguma posse, alguma pedrada no charco deste centro coordenador de transportes. O prolongamento do viaduto da Forca-Vouga está rasgado há muito tempo, aberta uma faixa, a outra não abre, não se sabe bem onde é que vai dar e depois abrem um bocadinho e fecham outro bocado, depois abre! Bom estava na altura de haver alguma posição de força para sim ou sopas. O mercado Manuel Firmino põe-se abaixo?! - Afinal não vai abaixo. Afinal põe abaixo porque as coisas estão mal e agora já está a vir acima; mas as coisas vão andando - vamos lá ver se é desta.

Se calhar valia aqui também uma certa atitude por parte da Câmara, uma certa posse administrativa destas coisas para as coisas puderem avançar como deve ser. O viaduto de Esgueira está a cair?! - Não não está a cair. Estreita-se a faixa?! - Não, deixa-se estar e tal e a coisa vai andando. Continua! A ETAR de Santiago, afinal não funciona. Não, não faz mal, mas depois isto há-de se resolver! O que é um facto é que há anos e anos e anos está construída uma ETAR que afinal não serve para nada, a não ser para continuar a ter um cheiro nauseabundo de toda uma zona lagunar que gostávamos de ver com outros olhos e com outro aroma. A obra das Florinhas do Vouga, propriedade que se vê de todo o lado da cidade, uma obra social que era importante que não estivesse em tijolo tal como está há demasiados anos. Acho que esta é uma obra social, acho que é uma vergonha, mais do que aquele outro edifício ou tão como aquele outro edifício, uma obra que acho que já devia ter havido a coragem para de uma vez por todas se concretizar, porque é para o bem de todos os aveirenses que essa obra das Florinhas do Vouga, por trás da Sé, junto ao cemitério central, fosse concluída. A casa de Eça de Queiroz, aos anos que tem uma placa (que já nem sei se a própria placa também já está degradada, parece que está degradada), que se fala na

recuperação da casa da Eça de Queiroz. Para quando uma atitude também para Evitar este estado de abandono na casa da Eça de Queiroz. A conclusão do túnel junto ao Centro Cultural de Congressos, fez-se o túnel, mas depois não se acabou então agora está ali também aquela coisa, faz não se faz também, venha alguém que tome posse administrativa dessa obra. A casa Major Pessoa também faz não se faz, parece que é agora que vai avançar, não, não se sabe se é, é agora que é, bom e os anos continuam a passar. O Centro de Saúde de Santa Joana; bom, sim, sim, também se calhar é desta, vamos lá ver se vai ser, esperemos todos que sim. Casas devolutas e degradadas no Centro da cidade de Aveiro por todo o município de Aveiro, cada vez há mais casas devolutas, cada vez há mais casas degradadas; é rara a rua no centro da cidade em que eu diria, metade daquelas habitações não estão desabitadas, por isso acho que Senhor Presidente, acho que é de saudar este início de intervenção por parte do abandono de edifícios na nossa cidade, mas concretize-o agora e a Câmara Municipal dê o exemplo de os seus próprios edifícios, de os poder ter e restaurar para que realmente não sejam a imagem degradada que nós não gostaríamos de ver na nossa cidade.

E gostaria de realmente contrapor esta questão, desta degradação de edifícios, com a “Mostra de Arquitectura e Urbanismo” que também fala aqui na sua Comunicação. Acho ótimo que haja esta primeira amostra de arquitectura e urbanismo, que se faça, que difunda os valores culturais de arquitectura que fala, mas quer dizer, não diga só no papel, concretize também e concretize um outro assunto que me estou a lembrar agora, é que a proliferação de marquises nos edifícios novos. Não sei se o Senhor Vereador está atento a este género de coisas, se olha para isto, mas os nossos edifícios, as fachadas dos nossos edifícios estão a ficar todas marquissadas?! Das duas uma: ou não se aprovam edifícios com varandas ou então mude-se e destruam-se as marquises que entretanto se estão a fazer. É raro já o edifício novo que não tem a sua marquise e que fica completamente desfigurado com todos os outros. Dê-se também o exemplo (já se falou aqui da pavimentação das ruas) dos passeios; muitos dos nossos passeios, o problema é a pedrinha sair do sítio. É que atrás da pedrinha que sai do sítio depois saem as outras todas; é um efeito dominó digamos assim. E por isso quando os passeios começam a descascar é uma questão de desleixo que eles descascam completamente e por isso a mostra de urbanismo e de arquitectura - ótimo, mas então começa pela Câmara o dar-nos os bons ensinamentos daquilo que deve ser o urbanismo e a arquitectura na nossa cidade e em todos os outros pólos mais urbanos ou menos urbanos do nosso município.

E como não podia deixar de ser, tenho que fazer uma referência também às contas da Câmara. É pena o Senhor Presidente da Câmara não poder dizer neste relatório, que o passivo continua a descer. Voltou à tendência que nos vinha habituando nos últimos tempos. Voltou a subir. E voltou a subir (faça as contas da maneira que quiser), ponha-lhe lá as despesas entretanto já feitas, as despesas participadas e que ainda não vieram os subsídios todos, faça as contas da maneira que quiser, o subsídio voltou à tendência antiga e infelizmente continuam a subir.”

Vogal Raúl Martins (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Muito rapidamente, - até porque o tempo já vai longo, porque tem havido pessoas que excedem largamente aquilo que está previsto como tempo para as suas intervenções e fazem-no ciclicamente. Mas muito rapidamente apenas para aplaudir os trabalhos que estão a ser feitos no âmbito do plano de requalificação do Parque D. Pedro, que como é agora mais visível é obviamente necessário requalificá-lo.

Também realçar o trabalho que tem sido feito, que é importante que seja feito na continuação da Carta Educativa do Concelho. Esperemos que brevemente esteja completo. Realçar a

coragem que foi preciso ter, pode ser como exemplo, mas ele aí está, da tomada de posse administrativa do edifício da “Vidor”. De facto demonstra alguma coragem de enfrentar este tipo de situações. Esperemos que seja um exemplo a seguir, mas pensamos também que acções deste tipo têm um efeito preventivo importante— talvez outras empresas e outras situações se comecem a resolver mais rapidamente, porque a partir de agora sabe-se que a Câmara está atenta e vai intervir.

Finalmente, um realço total, de um aspecto que tenho aqui insistido e que finalmente parece que está a mexer e vai mexer mais obviamente com o novo PU e PDM, que é a criação de zonas de expansão industriais — profundamente necessárias para o nosso concelho. Esperemos que seja uma realidade. É fundamental não deixarmos fugir para concelhos limítrofes empresas que bem gostariam de estar no Concelho de Aveiro. Até porque é por aí, talvez que se possa ir pela via dos impostos que elas geram, que se possa em primeiro lugar criar sustentabilidade às contas da Câmara e em segundo lugar vir a desonerar aquilo que está neste momento a preocupar os aveirenses e também noutros concelhos, mas que está a preocupar as pessoas, que é a subida dos IMI’s, que estão a atingir em alguns casos valores exorbitantes. E Senhor Presidente, se me é permitido aqui, todos nós sabemos que existem no nosso país construídas mais casas do que aquelas que são necessárias para a habitação (o que significa que muitas pessoas terão uma segunda casa) e do efeito multiplicador que no nosso país tem a actividade da construção civil. Se é certo que os IMI’s continuam nestes patamares e é fundamental que a curto prazo ou médio prazo as taxas dos IMI’s venham a decrescer, como é obvio vai ter um efeito dominó nomeadamente na construção civil. As pessoas deixam de comprar a sua segunda habitação ou a sua terceira habitação, aquelas que têm e outras deixarão inclusivamente por falta de necessidade de comprar a primeira e obviamente isso tem efeitos no mercado da construção civil, que tem um efeito muito importante em termos do desenvolvimento económico no nosso país. E situações deste tipo poderão fazer estagnar ainda mais a nossa já débil economia portuguesa; agora também ameaçada por fenómenos decorrentes da globalização e nomeadamente no sector têxtil.

Nós, no nosso concelho, não é muito importante, mas ainda há aí algumas pequenas empresas desse sector que poderão sofrer essas consequências.

Finalmente pavimentações. Enfim, aplaudir aquelas que estão a ser feitas e recomendar à Câmara vivamente que puxe dos parcos cordões da bolsa que tem, mas é preciso dar uma volta aí pelo concelho e espalhar por aí uns bocados de pavimento, de alcatrão. Alguma coisa está a ser feita, mas a Câmara vai neste aspecto particular ter de se esforçar um bocadinho mais porque é reconhecido que existem algumas zonas problemáticas e que tem que ser resolvidas e que de uma forma geral, embora este Inverno tenha sido muito benéfico para situações desse tipo já que foi bastante seco e normalmente é nos Invernos que se deterioram mais essas vias, nomeadamente as concelhias que são construídas. Essas, como é óbvio, têm muitos buracos e é preciso resolver se calhar pensar que em vez de andar a gastar aí em meter meias solas, comprar uns sapatos novos e fazer se calhar menos, mas fazer pavimentações definitivas em algumas zonas.”

Vogal António Salavessa (PCP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Eu fico às vezes verdadeiramente surpreendido com intervenções que são proferidas nesta sala — acima de tudo por aquilo que não é dito. Eu observei com extremo interesse aquilo que o Deputado Raúl Martins acabou de dizer sobre o IMI. Mas faltou-lhe dizer, que estamos numa Câmara que contra a vontade de alguns membros desta Assembleia aprovou as taxas máximas! O Deputado Raúl Martins está à frente de uma maioria neste momento, que aprovou as taxas máximas do IMI. Portanto se isto significa um “acto de contrição” e o compromisso de que na próxima votação da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal o

PS já vai afinar por uma outra forma ou por outros valores na aprovação das taxas, então bravo. Se esta intervenção foi para sacudir a água do capote em relação a responsabilidades, que existem, do Partido Socialista nesta matéria, neste concelho, então não posso de maneira alguma ficar satisfeito com isso.

Em relação à Comunicação do Senhor Presidente, não me sinto intimidado pelo tom e pelo conteúdo de uma intervenção proferida na última reunião nesta Assembleia e se for preciso pôr o lápis de merceeiro ponho novamente o lápis de merceeiro atrás da orelha, para chamar a atenção para alguns números — porque é de números que a Comunicação também trata.

Em primeiro lugar a execução orçamental. Uma Comunicação que é redigida e assinada salvo erro a 14 de Abril, portanto já passado mais do primeiro trimestre, a caminho do quarto mês do ano, nós estamos com uma taxa de execução orçamental no que diz respeito às receitas de 8,3%!? Multiplicando por quatro, isto dará uma previsão de execução orçamental na ordem dos 30%. Mas é assim, é o que cá está!

Também relativamente àquilo que está escrito o Senhor Presidente diz ou escreve na Comunicação que a capacidade de endividamento utilizada mantêm-se inalterada ou seja estão utilizados 86,21% da capacidade de endividamento. Mas está inalterada esta capacidade em relação a Fevereiro porque se a compararmos com Abril do ano passado, o grau de utilização da capacidade de endividamento era de 23,4% há um ano atrás.

Está aqui na Comunicação “capacidade utilizada”: são os termos que estão nos dois lados. De um lado é um número do outro lado é o outro. Das duas uma: até que ponto isto demonstra, até que ponto era fantasiosa, quão fantasiosa, era a capacidade que era invocada há um ano atrás face à realidade de que hoje temos destes 86% de capacidade utilizada?

Relativamente à evolução, na Comunicação de Fevereiro, o Senhor Presidente escreveu na Comunicação a fechar o ponto da apreciação da situação financeira do município, passo a citar: «...verificando-se portanto uma melhoria da situação financeira de dois milhões quatrocentos e noventa mil duzentos e trinta e seis euros e setenta e seis cêntimos...». Como agora não escreve nada de semelhante, digo eu: verificando-se portanto um “agravamento” da situação financeira de duzentos e sessenta e nove mil oitocentos e sessenta e três euros e sessenta e quatro cêntimos — que é essa a evolução desde a última Comunicação.

Portanto, isto dito assim, parece pouco, mas na realidade significa que face a uma evolução positiva que eu sublinhei nesta bancada nos últimos meses, já se está a contrariar a tendência e aquilo que vinha a descer desta vez subiu ligeiramente — o que é que isto significa em relação ao futuro? O Senhor Presidente dirá quais são as perspectivas do que aí vem.

Segundo aspecto e final. Tem a ver com que expectativas podemos ter nós até ao fim do mandato nesta Assembleia Municipal, relativamente a alguns instrumentos que são essenciais, cuja importância tem vindo a ser sublinhada quer pela Câmara quer por muitos elementos desta Assembleia e que eu gostava de saber de facto com o que é que podemos contar.

Para ser realista Senhor Presidente, nós temos até às eleições duas sessões ordinárias: uma em Junho outra em Setembro - que é já praticamente em cima da campanha eleitoral. Duas sessões ordinárias e está a Carta Educativa; está o Plano de Urbanização; está o Plano Director Municipal!? Enfim, instrumentos que são determinantes e eu gostava de saber se ainda é para este mandato ou se vão ficar para o mandato a seguir? Que calendário é que a Câmara prevê nesta matéria? Para quando a conclusão do processo de discussão destes documentos?

Já agora, uma nota final. O Senhor Presidente entendeu que não merecia resposta a questão colocada no ponto anterior relativamente a Azurva. A questão do parque e da rega do parque dos montes de Azurva, não têm importância. Não vale a pena referi-la ou a questão da paragem do autocarro também não vale a pena. Se entende que é assim é isso que eu transmitirei às pessoas que me colocaram os problemas para eu colocar na Assembleia.”

Vogal Raúl Martins (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Se me é permitido e sobre o IMI, de facto foi a votação que nós fizemos e assumimo-la. Mas como qualquer pessoa sabe, uma colecta de um qualquer imposto ou taxa depende de duas coisas: depende da matéria colectável e da taxa aplicada. Nós na altura em que fizemos a votação conhecíamos apenas uma coisa ou pelo menos votámos numa coisa às escuras que foi a taxa. As matérias colectáveis estão agora a ser conhecidas e portanto de facto o que se verifica é que se calhar com estas matérias colectáveis que estão a ser atribuídas, se calhar as taxas são acima daquilo que deveriam ser. É isso que obviamente a Câmara deverá estar a estudar. E penso que num plano de médio prazo terão de ser obviamente estudadas e ver quais são os níveis que têm de ser subidos e é obvio que essa é a posição de qualquer pessoa de bem deste município.

Quanto às taxas de endividamento do município eu gostaria apenas de dizer uma coisa muito simples. O sistema legal das taxas de endividamento é a coisa mais abstrusa que existe e eu sempre aqui disse isso. O Senhor Salavessa fará a justiça de dizer: “mas é o que existe na lei e portanto se querem outro altere-se a lei”.

E é obvio que neste momento a diminuição da capacidade de endividamento tem também um aspecto positivo que o Senhor Salavessa é capaz de me dar razão também. Verifica-se porquê? Porque a Câmara investiu fortemente, fez os grandes investimentos na altura própria que os devia fazer. Está claro que parte deles estão por pagar e é isso que provocam agora, porque há uma desaceleração do investimento necessário, estamos a atingir nalguns sectores fundamentais ou nalguns sectores básicos, coberturas como se calhar existem em poucos municípios no país e portanto em virtude de um processo abstruso de cálculo da taxa de endividamento. Se calhar nós até podemos atingir os 100%. É obvio que não é isso que está previsto no estudo que foi aqui feito, mas não me custaria dizer que eventualmente uma taxa mais alta de endividamento fosse conseguida — o que não significa absolutamente nada em termos de mudança do endividamento. Significa apenas que em virtude de um sistema enfim abstruso de cálculo da taxa; tê-la tanto pode ser num ano de (x) como no outro ano de (y) mantendo-se efectivamente o mesmo valor absoluto.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara

D

“Em primeiro lugar sobre o Euro 2004 não ter sido marcante. O Senhor Diamantino Jorge de facto, o que é que eu posso dizer: eu interpretei como tendo desvalorizado a importância que o Euro 2004 teve e de facto é a sua interpretação. Penso que os aveirenses todos que viveram esses momentos inesquecíveis não a partilham e até me surpreende a análise que fez porque de facto parece-me que é completamente fora daquilo que se passou. Daquilo que vai perdurar e deixe-me dizer-lhe uma coisa, eu não me recordo de nenhum crítico da Torre Eiffel ou do Coliseu de Roma — e todos sabemos que o Coliseu é em Roma e que a Torre foi feita pelo Eiffel. E portanto, há equipamentos que não tem um retorno imediato em termos de utilidade económica, social, rentabilidade e que enfim a nossa civilização e as nossas gerações acham por bem fazer. E o Estádio, espero, que continue a ser um grande ponto de encontro para todos e de grandes alegrias sobretudo.

Depois, sobre o impacto ambiental do golfe, queria também dizer-lhe que tivemos todos os cuidados. Porque não se obtêm como sabe uma declaração de impacto ambiental — não é apenas o estudo de impacto ambiental é a declaração de impacto ambiental de um campo de golfe. Hoje em dia, em Portugal, sem que designadamente a influência e a incidência que possa ter sobre os aquíferos seja muito bem avaliada, nós fomos buscar o “papa” dos

aquíferos subterrâneos em Portugal. Não é nenhuma brincadeira, fomos buscar de facto a autoridade máxima nesta matéria porque sabíamos que tínhamos um aquífero com águas subterrâneas, mas muito antigas se bem percebi o que me foi explicado, que deviam ser preservadas e que estão neste momento a ser profanadas por furos de algumas indústrias que têm vindo a ser licenciadas (se calhar sem ter essa precaução). Além disso, como os golfistas aqui nesta Assembleia saberão, os sistemas de alimentação e manutenção da relva, os produtos químicos, a qualidade da relva, tudo isso tem evoluído de uma forma ambientalmente muito cuidada o que implica muito menos necessidade de rega, muito menos agressão de pesticidas e de fertilizantes — foi uma das coisas que fui aprendendo neste projecto e portanto, queria dizer que é um projecto exemplar do ponto de vista ambiental, que tem inclusivamente reservatórios como o Dr. Candal disse e, portanto, isso foi um projecto muito cuidado.

Sobre o PDM. Nós temos vindo a fazer reuniões com os Presidentes de Junta. Há um momento técnico e há um momento político, naturalmente. E, portanto, nenhum Presidente de Junta se deve sentir menos considerado por ter um momento para falar com os técnicos. Nós temos que ouvir os técnicos e temos que depois tomar decisões políticas e conversar politicamente e alguns dos Presidentes de Junta que estão nesta sala, sabem que eu próprio já tive inúmeras reuniões com os Presidentes de Junta, sempre que isso foi considerado oportuno e conveniente, isso tornará a acontecer certamente durante os trabalhos. Estamos justamente neste momento a propósito do ponto de situação relativamente ao PDM, estamos à espera que as Juntas reajam a essa primeira ronda de trabalho que houve, às propostas, e que nos façam chegar as suas sugestões. Pode haver um caso ou outro que ainda não tenha sido tratado, mas é o ponto da situação que me foi transmitido em geral — pode haver uma Junta ou outra que ainda não tenha acontecido.

Depois também eu acho que é uma deformação profissional do Dr. Jorge Nascimento, dizer que quer mais informação sobre os processos judiciais, porque naturalmente o Senhor Dr. na sua actividade profissional precisa e quer sempre muita informação sobre os processos judiciais, mas a verdade é que se estiveram com atenção, a situação e os quadros e a informação jurídica que foi vinculada da última comunicação para esta, melhorou muito e seria absolutamente falta de rigor dizer que não melhorou, era sinal que não tinham lido (o que eu não acredito) melhorou bastante. Penso que ainda pode melhorar mais, mas melhorou bastante.

Sobre o saneamento em Oliveirinha, Senhor Armando Vieira. Queria dizer que só ainda não o consignámos porque falta de facto o visto do Tribunal de Contas; estamos à espera, será feita de imediato. E é uma boa notícia. É que de facto vamos esventrar Oliveirinha com o saneamento para depois repormos os pavimentos e aquilo que o Senhor Armando Vieira se queixava não torna a acontecer. Em todo o caso, porque se fez aqui uma referência à rede de pavimentos (outra vez de uma forma injusta... injusta...). Todos tem testemunhado que tem sido feito um grande esforço na requalificação da rede de pavimentos e só neste período que o relatório abarca — e eu não fui exaustivo. Nós temos vindo a intervir na zona envolvente à escola das Agradas do Norte, toda a zona do Paço está a ser concluída e era preciso que estas vozes críticas também circulem pelas outras freguesias e que não vejam só aquilo que acontece na sua. Eixo, Paço, já referi, Mamoadeiro, Horta, eu convido-vos a vir à Horta verem como estão os pavimentos na Horta — é que já nem se vêem as hortas, está tudo pavimentado. De facto é fantástico e é uma grande melhoria que se fez e que a população há muito tempo merecia, mas fez-se isso depois do saneamento ter sido incluído. Aradas, a Rua da Pinheira, da Capela, da Senhora da Saúde, da Capôa, do Vale em Oliveirinha, a rua do Raso e a rua da Quinta Nova, a rua dos Forninhos. Enfim, isto foi só neste período e vai continuar. Eu tenho a certeza que vamos chegar ao Verão com uma das melhores redes viárias de municípios do país e vai acontecer isso.

Depois queria dizer também ao Senhor Armando Vieira, que o Senhor Armando Vieira com a forma enfática e muito eficaz em termos retóricos com que sempre apresenta os seus pontos de vista, até conseguiu fazer esquecer (para os mais distraídos) que a Câmara de Aveiro apoiou e muito o desporto em Oliveirinha. Foi mesmo das primeiras freguesias que teve um campo relvado para que o clube da terra pudesse ter melhores condições.

Senhor Armando Vieira, o custo de um campo relvado com a magreza de alguns apoios pontuais que damos a outras entidades, dá para muitos anos de apoios — e esse investimento que foi feito, foi justíssimo. E mais ainda Senhor Armando Vieira, Oliveirinha tem o privilégio de ter de facto um clube que no ténis de mesa tem sabido construir campeões sem necessidade dos subsídios camarários. Mas isso é o que todos nós desejávamos que acontecesse. Porque no momento em que eles nos fizerem ver que precisam desses apoios, certamente que serão apoiados. Tem sido uma actividade auto-sustentada e bem e é um exemplo para muitos clubes.

Depois queria dizer também o seguinte, houve várias intervenções sobre a tomada de posse administrativa que fizemos na Vedor e é claro que a intervenção não é para ficar sem consequência neste momento. Mas claro que nós gostamos de agir com firmeza, mas temos que o fazer dentro da lei e a lei impõe-nos prazos legais para ouvir o proprietário e prazos legais para fazer a consulta das empresas que irão agora proceder à obra. É nesse momento a fase em que estamos, estamos à espera de receber as propostas das empresas, para seleccionarmos aquela que apresenta o melhor preço e a obra será feita e o custo imputado ao seu proprietário.

Temos outros casos, como bem foi assinalado, estamos atentos. O caso da antiga EPA tem outro enquadramento (já expliquei creio que aqui), está no âmbito da jurisdição da polis e é neste momento pertença do Estado, embora com um conjunto de ónus, penhoras e hipotecas pendentes, uma situação muito complicada do ponto de vista jurídico, nós estamos a seguir e tem também a expectativa de até ao verão o demolirmos. Gostava de dizer isto, assim com o risco de quem tem um processo complicado em termos jurídicos para resolver, mas até ao verão tenho esperança de o demolir.

De resto queria responder com toda a clareza para que o Dr. Jorge Nascimento não torne aqui a deixar a menor insinuação ou dúvida sobre a atitude da Câmara neste processo, eu não me recordo sequer (provavelmente estaria distraído) de não ter respondido a essa pergunta porque evidentemente teria todo o interesse em afastar qualquer ambiguidade. A Câmara não teve nunca nenhuma articulação com nenhuma empresa, ponto final, não há mais nenhum comentário a fazer sobre isso. Nunca teve! E espero que não tenha nenhuma dúvida sobre isso. Não sei porque é que nos desinteressámos, provavelmente porque nós temos parâmetros que são fixados pelos peritos do Tribunal que contratámos para a aquisição dos terrenos e não saímos dali e se há especuladores que têm outros meios e outras tabelas, nós não temos comodamente que fazer o jogo dos especuladores, temos avaliações que são feitas pelos peritos dos Tribunais, temos que respeitar. De resto não tenho mais nenhuma informação que confirme o que quer que seja dessa nuvem que me pareceu deixar transparecer as suas palavras. O processo tem sido muito correcto.

Senhor Prof. Manuel Coimbra o cenário que traçou, de uma sociedade ao abandono precisar de posse administrativa, de facto a figura estilística foi interessante, mas não tem nenhuma correspondência com a realidade, porque de facto a realidade em termos de restauros e de preservação do património é este edifício onde estamos, a Capitania, é a sede da Junta da Vera Cruz, é a sede da Junta de Eixo, são os Paços do Concelho, é o Teatro Aveirense, é a Praça do Peixe, é o Centro Cultural de Esgueira, é a aquisição da casa Major Pessoa que virou ao contrário mas que estamos a desenvolver o projecto e vai ser recuperada. A casa da Eça de Queiroz não é nossa e é preciso que isso fique esclarecido de uma vez por todas, a casa não é nossa e o proprietário não a vende, nós gostávamos muito, mas o proprietário não

a vende, talvez um dia se consiga resolver esse impasse. O mercado Manuel Firmino está a ser recuperado e vamos tê-lo também quase pronto para o Verão. Vão ser uma oportunidade para confirmarmos a importância que esta câmara tem atribuído à requalificação de equipamentos e do património. A Unidade de S.ta Joana, toda a gente sabe que o Tribunal de Contas atrasou este processo e ainda bem que fala nela, porque foi adjudicada finalmente a obra e esperemos que não torne a haver mais nenhum percalço e quando a casas degradadas e apesar da intervenção, eu queria dizer-lhe que estamos muito satisfeitos pela forma como está a decorrer o realojamento das famílias que estão no bairro da Cova das Agradas. Bairro que vamos demolir de imediato e esse tipo de situações, essas sim, são as situações de degradação que nós temos vindo a recuperar. Há outras situações que são a seguir, mas como sabem, tendo o Governo cortado o crédito para a construção de habitação social (o outro Governo, o “vosso” Governo), não é fácil às autarquias construir habitação social, mesmo assim nós vamos erradicar os bairros degradados que temos em Aveiro.

E para terminar, de facto, com a referência à dívida, para vos dizer que a situação líquida tem vindo a melhorar e tenho esperanças que continue a melhorar. Falou-se aqui, também, da execução orçamental de 8%. O Senhor Salavessa sabe bem que não pode fazer as contas assim; e porque 8% nesta fase não se pode multiplicar apenas por quatro — este é um raciocínio falacioso!? E a capacidade de endividamento também não nos iludamos: a Câmara sempre disse que foi muito rigorosa nesta matéria. Mas temos que não esquecer várias coisas: primeiro, não esquecer que a lei mudou os critérios e os limites em função dos quais é determinada a capacidade de endividamento de cada município. Foram alterados designadamente, a referência aos 20% do ano anterior, passou para 10% — e esse é um factor importante. Por outro lado também não devemos esquecer que ele é aferido em função do investimento do ano anterior. Em 2004, nós tínhamos por referência o ano 2003 em que tínhamos feito o grande investimento do Estádio. Portanto temos de perceber os números porque ninguém anda aqui a manipular os números. Ninguém iludiu nada, eram os números que davam.

Todos estamos de acordo que esta lei do endividamento municipal deve ser revista, porque permite algumas leituras..., agora uma coisa é certa: com esta lei Aveiro tinha a capacidade de endividamento que tinha; neste momento tem a que tem e continua a ser dos municípios com melhor capacidade de endividamento. Há muitos municípios (o Senhor Armando Vieira sabe isto) com mais de 100% com a mesma lei. Portanto queria dizer-vos que isto corresponde apenas à aplicação rigorosa da lei e não mais do que isso.

Finalmente, sobre a rega no parque de Azurva eu não falei nisso porque esperava que o Eduardo Feio falasse — não é obviamente por atribuir menor importância a isso. Mas sobre o Plano de Urbanização e sobre a Carta Educativa, é nossa intenção também que antes do fim deste mandato sejam dois instrumentos aprovados. Achemos que há condições para isso. A Assembleia Municipal conhece bem o trabalho que tem vindo a ser feito no Plano de Urbanização! Podemos marcar uma, duas reuniões extraordinárias para isso, acho que é um ciclo que convém fechar e a Carta Educativa idem, idem, aspás, aspás. O trabalho que tem vindo a ser feito com os agrupamentos que envolvem as Juntas de Freguesia, associações de pais e as direcções das escolas é de molde a pensar que vamos chegar rapidamente a uma Carta Educativa que é muito consistente, que é muito amadurecida e que é consensual — e por isso mais eficaz.”

Vice-presidente da Câmara

“Muito rapidamente e no que diz respeito à rega. Penso que o deputado Salavessa conhece a história daquele Parque. É um Parque que foi promovido há muito anos já pelos próprios moradores. Há uma associação que na prática faz a gestão daquele Parque. A autarquia tem vindo a apoiar desde sempre essa iniciativa, nomeadamente, os patos que lá existem foram

patos cedidos pela autarquia que estavam no Infante D. Pedro e que também saíram de lá numa campanha para diminuir a massa orgânica e para melhorar a qualidade da água do Parque Infante D. Pedro. Tem a ver também com a questão levantada pelo deputado Granjeira, que há bocado falou da requalificação do Infante D. Pedro. Mas centrando-me agora na questão da rega: nós temos vindo a apoiar a colocação de água; também abrimos já as propostas na semana passada para a colocação de um tubo e estamos a preparar a proposta para o licenciamento de um açude, à Direcção Regional do Ambiente, por causa das questões da hidráulica da vala que lá passa perto do ICI. Já houve concorrentes que foram ver o trabalho a ser desenvolvido e portanto, vamos adjudicar o trabalho rapidamente e pensamos que podemos ter ali uma solução alternativa para a rega. Obviamente, que se o Verão continuar ou não acabar (porque não tivemos Inverno) pode haver ali alguma situação e temos de passar para rega de subsistência — e eventualmente não podemos também desperdiçar água numa situação limite.

Mas com a questão do açude e da bomba que estava na antiga ETAR e que agora vai passar lá para cima, penso que vamos conseguir minimizar — com o apoio obviamente daquela população e daquele movimento muito forte que há naquele bairro e continuar a ter qualidade naquele Parque.”

Membros da Assembleia

Vogal Armando Vieira (PPD/PSD)

Devido ao adiantado da hora, o Presidente da Mesa deu por encerrada a segunda reunião desta Sessão Ordinária de Abril, informando que a conclusão deste ponto da Ordem do Dia passará para a próxima reunião que será no dia 02 de Maio (2.ª feira), pelas 20:30 horas.

Eram 00:30 horas do dia 28 de Abril de 2005.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação magnética de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 43.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, funcionário municipal destacado nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(3:30)